

MONOCULTURA DE PAISAGENS E MENTES

A noção de *plantation* como construto mental no neocolonialismo brasileiro

Priscila Lini, Docente na Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e na Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS)

Resumo: O escrito propõe o estudo da noção teórica de monocultura, ou *plantation*, e suas repercussões contemporâneas. Este assunto, em razão das questões sociais, econômicas e ambientais que suscita, vem despertando cada vez mais interesse nos debates acadêmicos, e, especialmente no Brasil, país de modelo produtivo pautado na monocultura exportadora, a ideia de *plantation* é fundamental para a compreensão das relações e tessituras realizadas no campo político e econômico, em se tratando de uma nação em permanente alegação de superação do atraso e na busca de um dito progresso. Em nome do desenvolvimento, a opção pelo *agribusiness* como setor prioritário de investimentos, responsável por grande parte do Produto Interno Bruto, explica como se dá a concentração de terra e de capital nas mãos de uma pequena parcela privilegiada em detrimento da retirada de terras e recursos naturais de camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A metodologia empregada consistiu em análise teórica sobre o tema, mediante consulta em fontes bibliográficas, utilizando-se o método indutivo. Parte-se do estudo dos conceitos de *plantation*, poder e suas conexões com modelo de colonização, a elaboração do construto mental da monocultura como elemento civilizador e gerador de riquezas, e ainda o poder discursivo legitimador deste padrão de produção. Os resultados apontam para a formação de um construto mental poderoso, que justifica práticas violentas por parte do Estado e de particulares, em nome de uma produtividade maximizada, que encontra adesão por grande parte da população, mesmo aqueles prejudicados pelo próprio sistema.

Palavras-chave: Desenvolvimento; *plantation*; exploração; antropologia do poder.

MONOCULTURE OF LANDSCAPES AND MINDS

The notion of *plantation* as a mental construct in Brazilian neocolonialism

Abstract: The paper proposes the theoretical study about *plantation*, and its contemporary repercussions. This theme, due to the social, economic and environmental issues that raises, has been arousing more and more interest among academics, especially in Brazil, a country which the productive model is based on commodities for exportation. The idea of *plantation* is fundamental for understand the relations and networks carried out in the political and economic context, in the case of a nation in permanent allegation of overcoming backwardness and seeking permanently this progress. In the name of development, the option for agribusiness as a priority investment, responsible for a large part of the Gross Domestic Product, explains how the concentration of land and capital in the domain of a small privileged group, takes place at the expense of the withdrawal of land and resources of peasants, indigenous peoples, *quilombolas* and other traditional communities. The methodology used consisted of theoretical analysis, through bibliographic sources, by the inductive method. It starts with the study of the concepts of *plantation*, power and the connections with the colonization model, the elaboration of the mental construct of monoculture as a civilizing and wealth-generating element, and the discursive power that legitimizes this production pattern. The results point to the formation of a powerful mental construct, which justifies violent practices by the State and individuals, in the name of maximized productivity, which is supported by a large part of the population, even those harmed by the system itself.

Keywords: Development; *plantation*; exploitation; anthropology of power.

MONOCULTIVO DE PAISAJES Y MENTES

La noción de *plantation* como construcción mental en el neocolonialismo brasileño

Resumen: El artículo propone el estudio de la noción teórica de monocultivo o *plantation* y sus repercusiones contemporáneas. Este tema, por las cuestiones sociales, económicas y ambientales que plantea, viene atrayendo cada vez más interés en los debates académicos y, especialmente en Brasil, un país con un modelo productivo basado en monocultivos exportadores, la idea de *plantation* es fundamental para comprender las relaciones y texturas que se llevan a cabo en el campo político y económico, tratándose de una nación en permanente reclamo de superación del retraso y en busca del llamado progreso. En nombre del desarrollo, la elección de la agroindustria como sector prioritario de inversión, responsable de gran parte del Producto Interno Bruto, explica cómo se produce la concentración de la tierra y el capital en manos de una pequeña porción privilegiada en detrimento del despojo de tierras y recursos naturales de campesinos, indígenas, quilombolas y otras comunidades tradicionales. La metodología empleada consistió en un análisis teórico sobre el tema, a través de la consulta de fuentes bibliográficas, utilizando el método inductivo. Forman parte del estudio dos conceptos de plantación, el poder y sus conexiones con el modelo de colonización, la elaboración de la construcción mental del monocultivo como elemento civilizador y generador de riqueza, y también el poder discursivo que legitima este patrón productivo. Los resultados sugieren la formación de un poderoso constructo mental, que justifica prácticas violentas por parte del Estado y de los individuos, en nombre de la maximización de la productividad, que encuentra aceptación por gran parte de la población, incluso perjudicada por su propio sistema.

Palabras clave: Desarrollo; *plantation*; exploración; antropología del poder.

Introdução

A modernidade se constitui na monocultura. Esta é a marca que até a atualidade define os centros irradiadores de poder político e econômico. Embora esta relação se reinvente com o passar do tempo, o seu mecanismo básico de funcionamento permanece sempre o mesmo: muitos devem produzir a preços baixos em benefício de poucos que usufruirão dos resultados. O Brasil, categorizado pela geopolítica internacional como país periférico e colonizado, mantém essa função de fornecedor de matérias-primas, e direciona as estruturas de Estado, a mobilização de particulares e o emprego de recursos sempre neste intento.

A exploração acontece em múltiplos níveis: interno, entre os próprios habitantes, em suas relações perpassadas por marcadores de raça, classe e gênero; mas também externo, estando o país sempre à deriva das flutuações de mercado e câmbio, mantendo alianças comerciais frágeis e tensas com os países consumidores dessa produção.

O agronegócio é um dos pilares do neoextrativismo, ao lado da mineração e de outras atividades baseadas no modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. (GUDYNAS, 2009) Como arranjo produtivo priorizado desde os períodos coloniais, o país mantém suas estratégias

econômicas sempre nesta precedência, exportando produtos de baixo valor agregado e de grande custo socioambiental.

Como mencionado, se no sistema colonial a *plantation* canavieira se baseava no trabalho escravizado e racializado, a partir do Século XIX, as levas de migrantes europeus atraídos em um projeto de transfiguração intencional da população brasileira receberam maiores benefícios para o acesso à terra.

Se, em um primeiro momento, chegaram ao país para o trabalho em sistema de colonato nas lavouras de café, em uma fase posterior lhes foi possibilitada a aquisição de glebas para o cultivo, convertendo-os em proprietários. Além do mais, uma parcela deste contingente se estabeleceu na região Sul, na condição de pequenos agricultores familiares, desenvolvendo desde o início atividades de subsistência e pequeno comércio.

Atualmente, os descendentes destes imigrantes, já em gerações bastante distantes, mantêm o mesmo discurso de habilidade e sucesso no trato com a terra, e, a partir de sua acomodação conveniente aos projetos desenvolvimentistas levados a cabo ao longo do Século XX, uma parte converteu-se de pequenos proprietários a grandes produtores de gêneros agropecuários.

Tal processo contou com o incentivo dos Governos brasileiros, tanto ditatoriais quanto democráticos, e, mediante concessão de financiamentos, benefícios fiscais e facilitação de acesso e regularização fundiária, os chamados “colonos” foram dominando o espaço geográfico das porções do interior do país, em um movimento contínuo que partiu do Sul às direções Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Para isso, uma falsa ideia de vazio demográfico foi elaborada e propagada, a fim de justificar o avanço da monocultura. Porém, a ocupação desses territórios pela *plantation* se deu à custa de violentos processos de retirada de terras, deslocamentos e despojos das populações que tradicionalmente ocupavam tais espaços, vivendo até então da agricultura de subsistência, extrativismo originário e formas artesanais de cultivo.

Esses povos são vistos como verdadeiros entraves ao desenvolvimento, e sua forma rudimentar de vida e produção não coaduna com os valores da máxima produtividade e do progresso. Assim, em nome de uma função civilizadora e da geração de riquezas, retiram-se pessoas e espécies não voltadas à produção em escala, a fim de afastar quaisquer elementos nativos, para substituí-los por agentes que atendam às necessidades do mercado internacional.

Para que este processo ocorra sem maiores rupturas, uma poderosa estratégia de convencimento e adesão é traçada, incluindo setores da mídia, da produção do lazer e da

cultura, dos saberes técnicos, das finanças e da política, tornando palatável um modelo produtivo que se caracteriza pela desigualdade, concentração de riqueza e impactos socioambientais significativos.

Este discurso é socialmente mobilizador, e oculta de forma eficiente as vozes dissidentes, contrárias ao sistema produtivo totalizante. Tomando o conceito de “monocultura da mente” de Vandana Shiva (2014), a tendência de uniformização do pensamento gera, assim, uma homogeneização, fazendo desaparecer o espaço para alternativas locais, do mesmo modo que as monoculturas fazem com que as espécies introduzidas levem à destruição de diversidade local. É partir dessa inter-relação entre a monocultura como modelo produtivo e como modelo discursivo que se desenvolveu esta pesquisa.

1. A noção de progresso e desenvolvimento

O Brasil, a despeito de sucessivos ciclos de exploração, pautou seu perfil econômico na condição de exportador de gêneros primários. A própria noção de descoberta passa pelo extrativismo de pau-brasil, sucedido pelo açúcar, pelo café, até chegar aos ciclos das *commodities* contemporâneas. Fato é que a produção em larga escala conforma o que se definiu como vocação econômica, e mesmo na atualidade esta ideia não parece apresentar sinais de ruptura.

Até o Século XIX a ocupação efetiva dos moldes de *plantation* estava geograficamente concentrada em regiões mais à costa, nas grandes fazendas canavieiras do Nordeste e de parte do Sudeste. Com a intensificação das lavouras de café, aos poucos a monocultura se expandiu para outros territórios. Mas foi a partir da metade do Século XX que, de fato, a monocultura agroexportadora ganharia os contornos do que conhecemos atualmente.

Isso porque a monocultura se atrela à ideia de vazio demográfico para se legitimar e justificar. No período entre a Primeira e a Segunda Guerra, entre os principais espasmos nacionalistas que repercutiram no Brasil, pôde ser observada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a implantação de projetos modernizantes que possuíam um ideário nacional-desenvolvimentista, vigorando no Brasil entre 1930 e 1960 (MORAES e GUIMARÃES, 2002).

O impulso a esta política encontrava uma série de justificativas: necessidade de defesa das fronteiras, crescimento econômico, e, como já em curso no resto do país, o incentivo à imigração foi tido necessário, visto que era imperativo ocupar os espaços

considerados vazios existentes no território, resolvendo, também, as questões relacionadas à falta de mão de obra crescente (PRIORI *et al*, 2012).

Locais que congregavam camponeses que mantinham pequenas roças de subsistência, comunidades indígenas e posseiros foram destituídos de seu espaço¹, sendo os interiores das regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste reorganizados territorialmente com a chancela oficial do Estado. A razão é que, desde a Lei de Terras de 1850, as terras consideradas devolutas poderiam ser concedidas a título oneroso para empresas particulares². Ainda, a transformação das sesmarias e posses do senhoriato em propriedade privada também buscava transformar a terra em mercadoria, convertendo as grandes extensões de terra em capital imobilizado em favor das classes proprietárias (SILVA, 1996).

Quase um século depois, com a chamada “Marcha para o Oeste” iniciada por Vargas, tiveram princípio as iniciativas de colonização incentivada, pelo trabalho das chamadas “companhias colonizadoras”, que organizaram o espaço geográfico e estabeleceram a questão fundiária em seus próprios moldes.

Uma vez que as gerações de imigrantes alemães, italianos e de outras regiões da Europa, chegadas no Brasil e instaladas no interior paulista, litoral catarinense e serra gaúcha ao longo do Século XIX já se mostravam necessitando de novas terras para cultivo, seu potencial laborioso e suas virtudes de dedicação às plantações em suas pequenas propriedades pareceram a solução mais acertada (SEYFERTH, 2011). Desde então a “fala do desenvolvimento” prolongou-se e naturalizou-se como discurso, encontrando sua justificativa na prática modernizadora capitalista proposta pelo Estado para o país (PEREIRA e LEITE, 2011, p. 200).

Com o fim da Segunda Guerra, a influência norte-americana no Ocidente se fez intensa, materializada no conceito de desenvolvimentismo, e na missão de resgate que os países centrais da ordem capitalista se atribuíram em face aos países periféricos e dados como atrasados.

¹ Conforme a Lei de Terras de 1850, em seu Art. 6º: “Não se haverá por princípio da cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matts ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.”

² A Lei de Terras dispunha sobre as terras devolutas no Império, e acerca das possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; determinando que, medidas e demarcadas as primeiras, fossem elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira.

A Doutrina Truman inaugurou uma nova era na compreensão e gestão dos assuntos mundiais, particularmente aqueles que diziam respeito aos países economicamente menos avançados. O objetivo era bastante ambicioso: criar as condições necessárias para reproduzir em todo o mundo os traços característicos das sociedades avançadas da época: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos padrões de vida, adoção de educação moderna e valores culturais. Na visão de Truman, capital, ciência e tecnologia eram os principais componentes que tornariam possível uma revolução tão massiva. Só assim o sonho americano de paz e abundância poderia ser estendido a todos os povos do planeta. (ESCOBAR, 2007, p. 20)

Emergiu assim o rearranjo de forças e influências externas na economia, na política e na cultura dos países da América Latina, África e partes da Ásia, pautado no desenvolvimento e na superação de mazelas sociais, especialmente a fome. Produzir mais alimentos, em escalas até então não imaginadas, foi uma das formas encontradas para levar crescimento econômico a territórios amplos e passíveis de aproveitamento, o que em tese, poderia reverter em benefícios imediatos às populações envolvidas.

A chamada “Revolução Verde” operacionalizou esse desenvolvimento no campo, incentivando a mecanização agrícola, o uso maciço de fertilizantes e defensivos químicos, manipulação genética de sementes e a busca de máxima produtividade – seria questão de tempo as primeiras safras recorde produzidas pelos países ditos subdesenvolvidos. Porém, os preços baixos e o volume de produção não foram completamente revertidos aos países produtores, e sim, converteram-se em *commodities* voltadas para o comércio exterior.

Para levar adiante este empreendimento agroexportador, novamente foram priorizados os descendentes de imigrantes. Se, no início da “Marcha para o Oeste”, os filhos e netos de italianos e alemães chegados no século XIX rumaram para o Oeste e Sudoeste do Paraná e de Santa Catarina, nas décadas de 1970 e 1980 seus bisnetos chegaram ao Mato Grosso, Rondônia e Goiás, sempre em busca de terras mais baratas e passíveis de implementação da monocultura.

Este ímpeto permanece, e já é marcante a presença de colonos – ou ‘sulistas’ – em estados do Norte e do Nordeste, como Pará, Maranhão e Bahia, onde a paisagem se modifica de forma significativa. Desta maneira, a monocultura se consolida em definitivo como vocação nacional.

2. A monocultura como modelo único e como missão civilizadora

O entendimento da monocultura passa pela noção de ordenamento, de

racionalização do espaço geográfico, da natureza e dos seres vivos. Aqueles que estejam alinhados com o ideal produtivo adquirem, assim, a autorização para a multiplicação em larga escala, e, esta escala ganha inclusive relevância política (WOLFORD, 2021). Os dissidentes deste modelo, por sua vez, são convenientemente silenciados e despojados – quando não eliminados – operacionalizando a concentração de terra e capital a poucos favorecidos.

O berço da modernidade não está somente circunscrito na ideia clássica das *enclosures* inglesas, no Iluminismo ou na Revolução Industrial em quaisquer de suas fases, mas na conquista, colonização e trabalho compulsório no Novo Mundo pós expansões ultramarinas. (WOLFORD, 2021). Se as escalas produtivas de massa foram possíveis à Revolução Industrial, isso só se deu à custa do algodão, da cana e dos demais gêneros primários produzidos nos territórios conquistados, na dominação da terra, natureza e dos povos. A conversão da terra, das gentes e da natureza em mercadoria foi fundamental para a consolidação deste modelo produtivo predominante.

A concepção de vazio demográfico é por demais marcante para o sucesso da experiência da *plantation*, e tal construto ainda perdura. A estratégia é desconsiderar a diversidade de povos locais, em nome da sobreposição de um sistema produtivo baseado na eficiência escalar. Desde os múltiplos povos indígenas que foram escravizados ou dizimados pela alegação da Guerra Justa (MONTEIRO, 1994) até o despojo contemporâneo de grupos indígenas, de povos ribeirinhos, camponeses, quilombolas e demais coletividades que se organizam em formas próprias com a terra e a natureza, e o avanço da agricultura exportadora ainda é um dos maiores fatores de transformação da paisagem, em conjunto com megaempreendimentos de infraestrutura e extrativismo mineral.

Produzir em quantitativos modestos, de forma artesanal e variada, com a finalidade de subsistência ou de comércio local é considerado um desperdício, uma perda de espaço e de potencial produtivo. E assim, em nome do dito desenvolvimento, “a terra “mal-usada” deve estar livre para que a soja possa ocupar grandes extensões de terra, produzir em grande escala para o mercado internacional e gerar riquezas e novos postos de trabalho” (PEREIRA e LEITE, 2011, p. 211).

A acumulação de terras e capital proporcionada para algumas camadas privilegiadas, vindas ‘de fora’, acaba por manter a concepção de uma parcela ‘atrasada’ e local, que necessita dos auspícios e da benevolência dos mais vocacionados para o desenvolvimento. Nesse processo o “colono é visto como civilizador e modernizador,

sua capacidade produtiva é altamente valorizada, o que faz com que produtividade econômica e desenvolvimento estejam atrelados a sua presença e trabalho nessas regiões” (ZANINI, 2019, p. 87).

A monocultura, a despeito de todas as suas externalidades, ganha um caráter redentor, civilizador, uma forma de levar prosperidade, trabalho e oportunidades para as localidades mais afastadas, atribuindo-se inclusive uma virtude integradora, de conexão entre regiões e centros populacionais. As obras de infraestrutura – construídas na exata medida para o escoamento da produção aos mercados internacionais – tornam-se duplamente estratégicas: lucrativas desde a sua concepção e construção, realizadas por consórcios privados mediante licitações públicas, servem de redes de expansão às regiões ainda por colonizar.

A partir do planejamento dos espaços, também é interessante observar que o fenômeno urbano ocorre à complementariedade do mundo rural, e não mais em uma relação de oposição. As pequenas cidades planejadas, além de servirem como estruturas urbanas acessórias, também se tornam pequenos núcleos agregadores de interesses econômicos e políticos, locais de sociabilidade e de conexões empresariais, pontos de representação de grandes empresas, sedes de Cooperativas Agroindustriais e palcos de especulação imobiliária.

Desta maneira, irradiam a partir dali os movimentos e lideranças das classes dominantes ao cenário político local, regional e, por conseguinte, nacional. Isso resulta em regiões extensas em território, que, ainda que possuam baixa densidade demográfica, contam com expressiva participação econômica e política no cenário brasileiro.

3. *Plantation*, um modelo de pensar e produzir

O expansionismo da Modernidade nunca deixou de operar. De fato, sofreu transformações ao longo de seus ciclos, mas a ideia central de agricultura agroexportadora e extrativismo primário, dependente de trabalho hiperexplorado, mantém seu papel na estruturação da vida moderna, sendo que a *plantation*, portanto, deve ser entendida enquanto um modo de produção específico (PALMEIRA, 1971) que prioriza o uso da terra para uma finalidade única: o cultivo exclusivo de uma matéria-prima.

Cada "unidade de produção" tendo que atender a todas essas condições, a "plantation" aparece então como um conjunto de "células" orientadas para o mercado internacional, mais ou menos isoladas umas das outras, operando com uma força de trabalho imobilizada em grandes extensões de terra (PALMEIRA, 1971, p. 138)

Quando se menciona o termo *plantation*, ou monocultura, em princípio a semântica fica adstrita ao conceito agrícola, e, desta maneira, uma espécie de inversão ocorre. A categoria *plantation* é tratada como foco de atenção e uma entidade explicativa por direito próprio. Existe uma mudança decisiva nos procedimentos analíticos. Em vez de usar a definição tentativa de compreender os complexos processos históricos e relações que constituem regimes particulares de *plantation*, sua variação é explicada pelo próprio modelo. (TOMICH, 2011)

Mas, em verdade, este modelo congrega uma série de outros sentidos, que não somente a categoria de produção rural. A análise da *plantation* não fica restrita a um tipo de organização agrícola e laboral colonial, mas como uma instituição política, que demonstra o quão crucial foi, e esteve tanto na expansão ultramarina europeia quanto na ascensão de uma economia mundial capitalista. (THOMPSON, 2012)

Em uma visão globalizante, a *plantation* propulsiona a exploração colonial, sustenta as elites agrárias detentoras da terra como capital, perpetua o dualismo centro-periferia dentro e entre os países, organiza uma forma de trabalho racializada em todo o mundo, e define tanto as culturas que consumimos, quanto as normas culturais que praticamos e performamos. (WOLFORD, 2021) Monocultura tem um duplo significado: é cultura, no sentido de cultivo; mas também é um único modelo de ser, criar e fazer da contemporaneidade – gostos, manifestações populares, hábitos, tudo é perpassado por esta tendência homogeneizadora.

Isso constitui uma das características fundantes da lógica da *plantation*, um sistema que reduz radicalmente o número de agentes, sendo a proliferação de alguns realizada em nome da remoção de outros (HARAWAY e TSING, 2019). Neste caso, a primazia de ocupação do espaço é atribuída aos colonos, mais vocacionados ao trabalho agrícola eficiente e qualificado, e com maior capacidade de agregar recursos tangíveis, e também intangíveis, como o capital político e cultural. Neste ponto, não é sequer necessário um trabalho de convencimento de uma suposta superioridade: o agente está imbuído desta crença, de tal forma que a assume como tarefa civilizadora.

O discurso corrente é: o colono, dada a sua superioridade racial e moral, tem como incumbência levar o progresso às mais longínquas áreas que seu ímpeto e ousadia pessoal permitirem. A derrubada de uma floresta nativa não é vista como uma imensa perda de biodiversidade e riqueza sociocultural, mas sim como uma conquista do progresso sobre a selva inculta, do triunfo do trabalho sobre a inação das pobres

populações locais.

E, como força econômica dependente do trabalho braçal, a *plantation* necessita do recrutamento de trabalhadores precarizados, que repete os padrões de racialização e subalternidade em face às populações locais, arregimentadas e contratadas a baixa remuneração. Se antes havia uma espécie de coação, atualmente os argumentos da geração de emprego e renda concedem uma dimensão moralizante à monocultura agroexportadora, de forma que o trabalho físico é não apenas necessário, mas também moralmente bom (MINTZ, 2010, p. 50). É uma qualificadora a ser atribuída aos indivíduos envolvidos nesse processo, que além da sensação de pertencimento, se percebem contribuindo ativamente com uma missão desenvolvimentista maior e vital.

E, no campo do poder discursivo (BOURDIEU, 1989), as *plantations* devem ser entendidas não só como formas de produção, e sim como forma de pensamento, forma de produção da existência. Mas, cabe salientar, que esta forma muito mais que uma função redentora, é em verdade caracterizada pela desigualdade, pela violência e insularidade, baseada na necessidade infinita de matérias primas – característica dos imperialismos – para que se mantenham os níveis de consumo em países ditos ‘centrais’ em face aos custos sociais, econômicos e ambientais de países periféricos. Mais que um método produtivo, a análise da *plantation* passa por um ideal discursivo, que habita o cerne dos ideais ocidentais de ordenação da natureza, economia e sociedade.

4. Progresso e prosperidade: para quem?

Como mencionado, a *plantation* depende, para seu sucesso, da desterritorialização das populações locais e a retirada dos elementos naturais variados, em nome da sobreposição de novas gentes e novas espécies que sejam voltadas à produtividade desejada. Assim pois, “o capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos de quem precisa, mediante o processo de sobrevivência econômica do mais apto”. (WEBER, 2004, p. 48)

Entre sujeitos e espécies autorizadas a ocupar o espaço e outros sujeitos e espécies, que não vocacionados à monocultura e não detentores de propriedades extensas, o construto mental da *plantation* como emancipador, que gera economia e renda, transforma a figura do colono, que ganha um caráter de pioneirismo e arrojo. Não raro são “recebidos por empresários, proprietários dos meios de comunicação, parte da elite política local e governo municipal como portadores do “progresso” e do “desenvolvimento”. ” (PEREIRA e LEITE, 2011, p. 208)

No Brasil, a expansão da monocultura, especialmente soja, milho, gado e cana-de-açúcar, é “parte das agroestratégias de disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do país e de seu potencial agrícola” (ALMEIDA, 2010, p. 68) justificando a expansão do desmatamento e da violência no campo, o despojo de pequenos proprietários, posseiros, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Este avanço, que em seu começo era voltado ao Oeste, agora sobe ao Norte e ao Noroeste do país, além de regiões estratégicas do bioma Cerrado.

O deslocamento do plantio da soja para esta região do país foi programado, resultando de um conjunto de estratégias organizadas pela articulação entre o Estado e o grande capital. Uma ação planejada e seletiva que teve apoio político em diversos níveis, financiamento público em vários casos, flexibilização da legislação ambiental, afrouxamento da fiscalização dos órgãos responsáveis e estudos científicos que subsidiaram a melhor localização do empreendimento. (PEREIRA e LEITE, 2011, p. 207)

A concentração de terras nas mãos dos colonos, de camadas estrategicamente favorecidas para o domínio do espaço – e isso em todos os níveis: econômico, político e jurídico – perpetua a desigualdade e a exclusão que caracterizam os sistemas econômicos periféricos, e, sem uma partilha efetiva de resultados, relegam àqueles que antes ocupavam o local apenas as externalidades: subemprego, prejuízos em suas roças e cultivos artesanais em razão da contaminação por agrotóxicos, violência no campo, especulação fundiária e imobiliária.

Mas quando analisadas pelo senso comum, o que se verifica é a valorização do colono em face ao habitante local, que, em seu atraso e limitação, não obtém os mesmos resultados que os mais habilitados a produzir. Os estereótipos quase não conseguem esconder suas funções de poder sob a superfície do idioma do desenvolvimento, cujo léxico é cheio de dualismos que se referem, de formas estáticas ou dinâmicas, a estados transientes ou a relacionamentos de subordinação – “desenvolvido/subdesenvolvido”. (RIBEIRO, 2014)

Na compreensão de que o agronegócio é a força motriz nacional, há que se levar em conta também uma espécie de ‘monocultura das mentes’, em que os veículos de mídia e redes sociais servem ao propósito de atribuir os papéis desejados para o sucesso deste setor. Tendo em vista que “atores da concertação têm financiado propagandas que apresentam visões totalizadoras do agronegócio, e que, por meio de sinédques políticas, procuram fortalecer um imaginário no qual se apresentam como encarnação desse

agribusiness superabrangente” (POMPEIA, 2020, p. 216), grande parcela da população é assertiva e favorável a esta forma de produzir.

Ocorre que, este modelo produtivo, que conta com mais de quinhentos anos de implementação, apenas modifica sua roupagem com o passar do tempo, mantendo sempre a economia da dependência (FURTADO, 1992) e impedindo a emancipação de países ditos periféricos. A fim de atender as gigantescas demandas externas por matérias-primas, opera-se não apenas mais endividamento, mas também uma exacerbação do extrativismo, ou seja, uma tendência de aumentar as exportações de produtos primários para cobrir o déficit comercial, com o qual ingressa em uma espécie de espiral perversa de hiperexploração socioambiental. (SVAMPA, 2017)

O poder discursivo da *plantation* como uma paisagem idealizada de produção, lucro, prosperidade e natureza ordenada (WOLFORD, 2021) possui categorias fixas, mas também flexíveis, que se estabelecem em locais específicos, mas globalmente, não têm lugar definido. Esse poder conquista inclusive, aqueles que sequer se beneficiam com este sistema, quando não raro sofrem suas próprias restrições. É um ideal persuasivo, que, incrustado de valores como trabalho, ordenação e sociabilidade, se configura como um dos mais poderosos construtos mentais necessários ao sucesso da empreitada neoliberal contemporânea.

Considerações Finais

Os conceitos de ‘progresso’ e desenvolvimento’ são noções externas, que são construídas e atribuídas pelos atores globais centrais e impostas arbitrariamente aos países periféricos. A busca pelo dito desenvolvimento se converte, assim, em uma poderosa ferramenta mobilizadora de capital e recursos, que mantém a dependência econômica e tecnológica, sendo atualmente o neoextrativismo e a exportação de *commodities* que se conformam como as prioridades dos mercados emergentes, perpetuando a desigualdade e a subalternidade nas relações de poder.

A monocultura, como modelo predominante da economia brasileira, materializa o arranjo produtivo da Modernidade em que se funda o capitalismo. A apropriação da terra, recursos, povos e natureza em nome da produção escalonada de alguns poucos itens, considerados somente em seu potencial de geração de lucros nos contextos mais desenvolvidos, produz paradoxos como uma população famélica em um país com volumes recordes de produção agropecuária.

Assim, *plantation* consiste na substituição planejada de agentes externos,

desejáveis e rentáveis, em detrimento dos agentes locais avaliados como pouco lucrativos. A imposição da monocultura agroexportadora ao redor do mundo é baseada na remoção dos laços socioculturais e dinâmicas ambientais preexistentes e sua reconfiguração em torno da produção de *commodities*.

A figura do colono, do agente pioneiro transformador da paisagem, que toma para si a empreitada do progresso material e social, se sobrepõe aos povos locais mediante processos violentos, tanto de forma expressa quanto tácita. A violência expressa, visível, se realiza quando dos conflitos fundiários, das ameaças e execuções operadas por milícias privadas, na coação para vendas de terras a preços módicos e em toda a sorte de intimidações. A violência tácita, mas não menos violenta, está no campo do discurso midiático que romantiza o agronegócio, nas lides judiciais que se arrastam por anos, nos projetos de lei em câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional. Em comum, ambas servem ao mesmo propósito de legitimação da *plantation*, mesmo em face de tantos prejuízos socioambientais.

Poucos são os favorecidos por este sistema, que concentra a terra e os lucros nas mãos de uma elite, e que distribui seus resultados perniciosos a todos, recaindo de forma ainda mais severa sobre os grupos vulneráveis. Interessante mencionar que, embora sejam vivenciadas no cotidiano tais externalidades – subemprego, agravos de saúde em razão de agroquímicos, falta de acesso à terra – parte da população que é direta ou indiretamente afetada por esta desigualdade extrema permanece em defesa deste modelo produtivo, em razão da noção de imprescindibilidade do setor para a economia nacional. O poder do discurso, da orquestração da *plantation* que se verifica nas paisagens – e também nas mentes – legitima a vocação nacional a que se leva a crer desde a ocasião da ‘descoberta’: “uma terra de tal maneira graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Agroestratégias e desterritorialização**: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al.* Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em 3 ago. 2022.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y deconstrucción

del desarrollo. Caracas: El Perro y la Rana Ediciones, 2007.

FURTADO, Celso. **Brasil: A Construção Interrompida**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**. In CAAP & MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MITMAN, Gregg; HARAWAY, Donna & TSING, Anna. **Reflections on the Plantationocene** (mesa redonda). Edge Effects, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2019. Disponível em: <https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene>.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Maya, e; GUIMARÃES, Patricia. **Brasil: do neocolonialismo imperialista aos movimentos nacionais industrializantes**. Revista Pet Economia UFES, Vol. 4, fev. 2022, p. 60-70.

PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat**. Thèse de 3e Cycle présentée à la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Université de Paris, 1971.

PEREIRA, José Carlos Matos, e; LEITE, Márcia da Silva. **A “fala do desenvolvimento” em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização**. Novos Cadernos NAEA. v. 14, n. 2, dez. 2011, p. 197-217.

POMPEIA, Caio. **“Agro é tudo”**: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020

PRIORI, Angelo, et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

REINHEIMER, Patrícia (org.) **Giralda Seyferth: muito além da imigração**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Oikos, 2019, p. 73-89.

RIBEIRO, Gustavo. **Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SEYFERTH, Giralda. **A dimensão cultural da imigração**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26 nº 77 out. 2011.

SILVA, Ligia. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SHIVA, Vandana. **The Vandana Shiva reader**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2014.

SVAMPA, Maristella. **Cuatro claves para leer la América Latina**. Nueva Sociedad, nº 268, mar/abr, 2017.

THOMPSON, Edgar Tristram. **The plantation**. University of South Carolina Press, 2012.

TOMIC, Dale. **Rethinking the plantation: Concepts and histories**. Review (Fernand Braudel Center), 2011, p. 15-39.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLFORD, Wendy. **The Plantationocene: A Lusotropical contribution to the theory**. Annals of the American Association of Geographers, v. 111, n. 6, 2021, p. 1622-1639.

ZANINI, Maria Catarina. **O colono compra a ferradura pagando com o cavalo – A liberdade como valor e representação e a autoexploração como prática: uma leitura da obra de Giralda Seyferth sobre os campesinatos do sul do Brasil**. In: SANTOS, Mirian; e